

Movimentos sociais, globalização no século XXI e as novas identidades

Raquel Pinheiro dos Santos*

RESUMO: Neste artigo pretende-se analisar um dos quatro casos descritos no primeiro capítulo (Paraísos comunais: identidade e significados na sociedade em rede) do segundo volume (O Poder da Identidade) da trilogia “A era da informação: economia, sociedade e cultura”, de Manuel Castells, de acordo com a teoria proposta por Charles Tilly em seu texto publicado na Revista Brasileira de Ciência Política. Um específico estudo de caso de Castells será retomado a partir do argumento central de Tilly: historicização, conceituação e até mesmo a “sentença de morte” dos movimentos sociais por conta das intensas mudanças que as relações sociais vêm sofrendo nas últimas décadas. Para que este objetivo seja alcançado, o ordenamento deste trabalho seguirá a seguinte proposta: primeiramente, será feita uma apresentação das principais idéias de C. Tilly no texto citado. Após a discussão da teoria, o estudo de caso de M. Castells que mais se enquadra no objetivo proposto sobre formação de identidades na contemporaneidade será apresentado para ratificação e alguma crítica ao modelo proposto pelo primeiro autor.

Palavras-chave: movimentos sociais; identidades; contemporaneidade.

ABSTRACT: This article examines one of the four cases described in the first chapter (Paraísos comunais: identidade e significados na sociedade em rede) of the second volume (O Poder da Identidade) of the trilogy “A era da informação: economia, sociedade e cultura”, Manuel Castells, according to the theory proposed by Charles Tilly, in his article published in the Brazilian Journal of Political Science (Revista Brasileira de Ciência Política). A specific case study of Castells will resume from the central argument of Tilly: historicizing, conceptualization and even "death sentence" of social movements because of the intense changes that social relationships have suffered in recent decades. For this goal to be achieved, the planning of this work will follow the following proposal: first will be a presentation of the main ideas of C. Tilly in the quoted text. After discussing the theory, one of the case studies of M. Castells that best fits the proposed objective on identity formation in contemporary will be presented for confirmation and any review of the model proposed by the first author.

Keywords: social movements; identities; contemporaneity

Historicizando *movimentos sociais*

Tilly (2010) inicia seu trabalho apresentando quatro ações populares em diferentes partes do mundo, ocorridas entre a virada do século XX para o XXI e a primeira década deste: a oposição ao líder político no Zimbábue (2002), uma rede

* Mestre em História Social da Faculdade de Formação de Professores/UERJ e graduada em História pela Universidade Federal Fluminense.

centrada da Europa que desenvolveu campanhas para eliminação da dívida externa do Terceiro Mundo (*Jubilee 2000*), união entre grupos de combate à diarreia na Costa Rica e em Bangladesh através de *sites* na Internet (2002) e apelos no Canadá (1999) para que o *New Democratic Party*, de tendência esquerdista, não abandonasse seus eleitores após sua ascensão ao poder local.

Cada uma destas formas se auto intitula “movimento social”, sendo reconhecidos como porta-vozes posicionados contra o poder opressivo e em chamada à ação popular. Embora setores populares sempre tenham se levantado contra os exageros das classes superiores, foi apenas no último quartel do século XVIII no Ocidente, de acordo com o autor, que as pessoas começam a criar este novo e promissor fenômeno político: movimento social. Sendo esta uma “forma específica de política contenciosa”, Tilly (op. cit., p. 136) a classifica assim, pois é

Contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda.

Para identificar o porquê ou quando esta forma política contenciosa adquiriu suas características mais marcantes ou apenas mudanças a partir destas, a análise histórica pode nos ser muito útil. O autor remarca também a importância que esta forma política contenciosa tem simplesmente por existir: seu fortalecimento e enfraquecimento demonstram a expansão e diminuição das oportunidades democráticas.

Muito importante para Charles Tilly, e um dos assuntos primordiais do texto, é caracterizar e delimitar o que vêm a ser “movimentos sociais”. Levantando características gerais, ele afirma que, sendo influentes e inovadores seus elementos gerais são: A. a elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a autoridades (o que se chama *campanha*); B. combinações entre diferentes formas de ação política (criação de associações para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, afirmações para e nos meios de comunicação, panfletagem) – sendo estas, em conjunto, chamadas de *repertório* dos movimentos sociais.

Junto a estas, temos também as representações públicas combinadas de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) pelos participantes dos movimentos sociais e/ou de seus partidários.

Para explicar rapidamente estas características, propomos: *campanha* não é um evento isolado, único, ocasional, mas articula elementos (grupo de demandantes, um alvo, um tipo de público) que devem interagir entre si; o *repertório* do movimento social se coloca lado-a-lado ao de outros fenômenos políticos (como atividade sindical e campanhas eleitorais). Por fim, o curioso termo VUNC representa aquilo que pode “assumir forma de declarações, slogans ou rótulos que implicam valor, unidade, números e comprometimento” (p. 137):

- valor: “comportamento sóbrio; roupas asseadas; presença de clérigos, dignatários e mães com crianças” – ou seja, qual é a imagem que os representantes de determinado movimento social desejam transmitir à sua sociedade
- unidade: “emblemas, faixas, bandeiras ou vestimentas combinadas; marchas em formações organizadas; canções e cantos”
- números: contagem de participantes; números de assinaturas em petições; capacidade de encher as ruas”
- comprometimento: “enfrentamento do mau tempo; participação visível de idosos e portadores de deficiências; resistência à repressão; sacrifícios” (p. 138)

As particularidades em se expressar variam de acordo com os contextos, mas a comunicação geral de VUNC interconecta essas demonstrações.

Importante é fazer a distinção entre os fenômenos políticos que aparecem na mesma época, a partir de 1750, de acordo com a classificação de Tilly: enquanto os trabalhadores de países capitalistas conquistam direitos de organizar-se, reunir-se e fazer greves por meio de campanhas e demonstrações de VUNC (no decorrer do século XIX), grupos de interesse organizados, como médicos e industriais, adquirem o mesmo direito perante os governos, conquanto não façam uso de movimentos sociais para tal. São grupos que já possuíam conexões e prestígio, adquirindo tais direitos por meio de negociações diretas com os governos.

Quando reconhecidos, inclusive pelo nome neles colocados, determinados acontecimentos políticos são ressaltados em sua importância e valor social. Chamar de “rixa”, “tumulto”, “genocídio” estigmatiza tal acontecimento – por outro lado, termos como “vitória militar”, “acordo de paz” enobrecem a causa e a participação de seus manifestantes. Desta forma que analistas, partidários e participantes que aprovam tal

episódio de ação coletiva popular o chamam de movimento social, ainda que não combine campanha, repertório e demonstrações de VUNC.

Assim, ao historicizar o termo “movimentos sociais”, o presente autor critica seu inchamento em três vias: atualmente parece querer abarcar quaisquer ações coletivas populares relevantes, no passado e no presente (buscando raízes em passado muito remoto); confunde-se a rede de apoio dos movimentos com a população que diretamente deles participam; e o tratamento dos mesmos como atores unitários singulares, obscurecendo assim as diferentes manobras existentes em seu interior e a interação entre ativistas, componentes, alvos, autoridades, aliados, rivais, inimigos.

Apesar de impor estes limites à análise do termo, Tilly reconhece que ele não pertence a nenhum grupo e que analistas, críticos e ativistas podem usá-lo como quiserem – embora isto possa prejudicar sua definição e sua situação na análise histórica. Na tentativa de auxiliar a visão mais crítica que propõe, apresenta três elementos que os movimentos sociais devem combinar: 1. reivindicações coletivas dirigidas às autoridades-alvo; 2. conjunto de empreendimentos reivindicativos (associações com finalidades específicas, reuniões públicas e declarações à imprensa; 3. demonstrações públicas de valor, unidade, número e comprometimento (VUNC) à causa.

Ao complexo político formado por este conjunto, que é historicamente determinado, Tilly denomina movimento social. Não se trata de qualquer ação popular, ações em favor de uma causa, a pessoas e grupos que apoiam tal causa ou a atores heroicos que alcançam destaque na história. Refere-se, sim, ao conjunto particular e interconectado dos fatores acima mencionados.

Outra crítica do presente autor quanto às análises dos movimentos sociais é que estas são feitas básica e quase exclusivamente no âmbito de seus contextos históricos específicos, sem os inserir em uma proposta de longa duração que possibilite comparações e comprovação quanto às mudanças neles efetivadas. Por terem se tornado uma forma privilegiada, “um veículo familiar e confiável para a política popular” (p. 143), Charles Tilly entende a necessidade de compreender, a partir da comparação, como suas formas e forças de atuação foram sendo modificadas com o passar de décadas e séculos.

A busca por uma história específica e inter-relacionada dos movimentos sociais traz consigo duas fortes tentações. Por um lado vê-se a possibilidade de buscar leis gerais em seu funcionamento, tratar o movimento social como um fenômeno *sui*

generis, embora saibamos que nas ciências humanas a busca por grandes leis, como às das ciências biológicas, fracassaram. Atualmente, podemos utilizar mecanismos causais mais limitados para explicar estruturas e variações, embora algumas leis possam ainda vir em nosso auxílio. Entretanto, o objetivo primordial, como já assinalado, é seguir em direção às analogias e conexões causais dos movimentos sociais e outras formas de atuação política, outras formas de política contenciosa.

Por outro lado, ao observarmos apenas vagas regularidades nos movimentos sociais, tendemos a vê-los por toda parte. Se considerarmos de maneira separada, aquelas combinações anteriormente propostas (campanhas, demonstrações de VUNC, reuniões públicas, etc) também ocorrem em formas alheias aos movimentos sociais: igrejas, escolas, corporações – muitas vezes até por fácil analogia. Se estes grupos passarem a assumir uma postura clara de campanhas e demonstrações de VUNC, deveriam ser considerados participantes do campo dos movimentos sociais; se, entretanto, passarem a apresentar candidatos em eleições e a comprar horário na televisão local, optaram, pois, por outra forma política: a campanha eleitoral. Reconhecidas assim as diferenças e classificadas como outra forma de política contenciosa, isto nos auxilia a estudar suas proximidades com os movimentos sociais, bem como perceber seus diferentes problemas explicativos.

Ao analisarmos embates intelectuais e políticos de grupos opostos, perceberemos que estes conduzirão campanhas públicas e participarão de atividades que envolvam a imprensa para que suas posições e reivindicações sejam conhecidas. Porém, ainda assim serão formas políticas contenciosas e só transporiam suas lutas para o terreno dos movimentos sociais se começassem a combinar campanhas públicas, *performances* características de movimentos sociais e demonstrações de VUNC.

Como visto acima, poderiam também assumir a forma de campanhas eleitorais (outra forma política), com outros tipos de representação do grupo. Desta forma, entenderemos melhor suas ações se reconhecermos analogias e diferenças entre as diferentes formas políticas contenciosas sem tratar a todas como movimento social indistintamente.

Identities and social movements in the 21st century

Neste ponto da teoria explicitada podemos apontar breves conexões com os estudos de caso no capítulo citado por Manuel Castells (1998).

Neste, Castells defende que “toda e qualquer identidade é construída” (1998, p. 23). É artefato cultural e histórico, que organiza significados para que se viva em sociedade. A identidade aqui abordada será a coletiva, portanto.

Diferentes matérias-primas (história, geografia, biologia, revelações de teor religioso) podem ser utilizadas na construção das identidades, mas a principal questão que se coloca é: “como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece” (*op. cit.*, p. 23)? Sabendo que a construção social da identidade passa sempre por relações de poder, o presente autor propõe três categorias:

- Identidade Legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir sua dominação em relação aos atores sociais. Essa identidade dá origem a uma sociedade civil, com organizações e instituições.
- Identidade de Resistência: criada por atores sociais que têm posições e princípios opostos às instituições da sociedade. Essa identidade dá origem à comunidade, que é uma forma de resistência coletiva diante de uma opressão.
- Identidade de Projeto: quando os atores sociais constroem uma nova identidade (abandonando “as trincheiras de resistência da identidade”, p. 24) capaz de redefinir sua posição na sociedade. Essa identidade dá origem a sujeitos, estes criam uma história pessoal, atribuindo significado às experiências da vida individual.

A identidade de resistência pode acabar resultando em projetos, ou mesmo em identidade dominante, legitimando, assim, a sua dominação.

Para seguir a linha de situar historicamente a formação das identidades, Castells (*op. cit.*, p. 27) se propõe a discutir os contextos de diferentes identidades surgidas a partir da sociedade em rede, ou seja, nossa contemporaneidade. Para ele o surgimento deste tipo de sociedade traz consigo novas formas de transformação social, especialmente porque esta nova

sociedade aparece calcada na disjunção sistêmica entre o local e o global para a maioria dos indivíduos e grupos sociais. E também, acrescentaria, na separação, em diferentes estruturas de tempo/ espaço, entre poder e experiência

Exceto para as elites, que ocupam espaço atemporal de fluxos de redes globais e por isso podem continuar com o planejamento reflexivo de sua identidade – como defendido anteriormente por Castells, de acordo com Anthony Giddens (*apud* Castells,

1998: 27)¹, que a auto-identidade é como o próprio ser apreende sua biografia, como sabe tanto o que está fazendo quanto o porquê de fazê-lo –, o mesmo torna-se impossível para a maioria da população mundial.

Isto faz com que as sociedades civis encolham-se e sejam desarticuladas, uma vez que não existe continuidade entre a lógica da criação de poder na rede global e a de associação e representação em sociedades e culturas específicas. As identidades passam, então, a ser reconstruídas de maneira defensiva, com base em princípios comunais e em oposição entre fluxos não identificados e identidades segregadas. Quanto ao surgimento de identidades de projeto, afirma Manuel Castells que o fato ainda ocorre ou pode ocorrer, conquanto de maneira diferente da “modernidade dos primeiros tempos”. Atualmente, ou na “modernidade tardia”, os sujeitos quando são construídos o são com base em um prolongamento da resistência comunal – e não em sociedades civis em processo de desintegração. E ele explica (*op. cit.*, p. 28):

Enquanto na modernidade a identidade de projeto fora constituída a partir da sociedade civil (como, por exemplo, no socialismo, com base no movimento trabalhista), na sociedade em rede, a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal.

Este é o significado da excelência da política de identidade na sociedade em rede para que se desenvolva a teoria da transformação social na era da informação: a análise de processos, condições e resultados da resistência comunal e de como esta atua em sujeitos que transformacionais. E é igualmente nesta análise de processos, história e comparação de resultados que percebemos como os dois autores aqui expostos se assemelham.

Dentre as análises que fará (fundamentalismos islâmico e cristão estadunidense; a dissolução dos Estados da União Soviética e a Catalunha como nação sem Estado; a questão da raça, classe e identidade na sociedade em rede; e as identidades territoriais: comunidade local), nos deteremos no ponto em que Castells aborda a validade dos movimentos urbanos na formação de identidades locais.

Apesar de algumas sentenças de desaparecimento da comunidade em razão da intensa urbanização e suburbanização, Castells diz que é uma “noção simplista”, já que a socialização continua através do ambiente local (vila, cidade, subúrbio) com formação de redes entre os vizinhos. Para que este sentimento de pertença e identidade cultural

¹ Giddens, 1991: 53, 35, 32

aconteça ainda mais fortemente, a hipótese do autor é de que deva ocorrer uma mobilização social, ou seja, as pessoas ali envolvidas devem participar de movimentos urbanos (sem que estes sejam obrigatoriamente revolucionários) de onde possam defender seus interesses em comum e compartilhar a vida, pois que tudo isso produz significado.

O que seriam estes tais “movimentos urbanos” a que se refere Castells, com o cuidado de não os chamar “movimentos sociais” (como deseja Tilly que tal tipo de distinção seja feita)? São processos de mobilização social que, visando objetivos urbanos, têm finalidade e território preestabelecidos. Suas metas intrínsecas são: 1. necessidades urbanas de condições de vida e consumo coletivo; 2. afirmação da identidade cultural local; 3. conquista de autonomia política local para que aquelas pessoas participem como cidadãs.

Castells curiosamente afirma que “tal produção de significado é um elemento essencial das cidades” (*op. cit.*, p. 23), apontando-as como “principais fontes de resistência à lógica unilateral do capitalismo, estatismo e informacionismo” (*idem*), pois no fracasso de outras formas de política contenciosa (novamente aqui aproximando os conceitos do presente autor com a preocupação em delimitar a abrangência de “movimentos sociais” em Charles Tilly), como as agremiações em partidos políticos e instituições religiosas, resta a alternativa ao povo de reconhecer-se numa fonte mais imediata e autônoma que é seu próprio território.

Há produção de identidade, porém identidade defensiva, entrincheirada no que se conhece (minha vizinhança, minha cidade, minha escola, minha igreja) e contra a imprevisibilidade do desconhecido e incontrolável.

Ressaltando a enorme diversidade destes movimentos urbanos pelas diversas culturas e regiões do mundo, Castells os divide em quatro grandes grupos (especificamente os das décadas de 80 e 90). O primeiro oferece a possibilidade da existência do Estado local como exemplo de reconstrução de controle político e do significado social; o segundo apresenta uma natureza defensiva e reativa, preocupando-se com a conservação do seu próprio espaço/ambiente – majoritariamente percebido em áreas ocupadas pelas classes médias; o terceiro é constituído por um grande número de comunidades de baixa renda que se engajou em um projeto de sobrevivência coletiva. Estas, na ausência de políticas governamentais, construíram seus próprios “estados de bem-estar social” com base na solidariedade e reciprocidade que comumente se dá em torno de igrejas, ONGs financiadas internacionalmente e intelectuais de esquerda.

Por último, as gangues (que não estão restritas aos Estados Unidos da América) desempenham um papel estrutural em diversas áreas que sofreram com políticas econômicas rigorosas na década de 80, passando então por uma crise política, aumentando a exclusão social e espacial. As gangues dos anos 90, no entanto, têm diferentes características na construção de sua identidade que foi por outros denominada como *cultura da urgência*. Pregando a constante perspectiva de fim da existência, conchama seus adeptos a celebrarem a vida, experimentando de tudo, “antes que seja tarde demais, pois não existe amanhã”. Castells (*op. cit.*, p. 83), então, os classifica como a cultura do hiperindividualismo comunal:

Individualismo porque, na cultura da recompensa imediata, somente o indivíduo pode ser o padrão de medida. Comunalismo porque, para que esse hiperindividualismo se torne uma identidade – quer dizer, para que seja socializado como um valor, não só como uma forma de consumir-se a si próprio absolutamente sem sentido – necessita de um ambiente de valorização e de apoio mútuo: uma comuna.

Em sua conclusão, o autor afirma que tais comunidades locais, construídas a partir de ações coletivas, são fontes específicas de identidades formadas a partir de reações defensivas contra a desordem global que transforma as relações de maneira incontrolável e acelerada. “Elas constroem abrigos, mas não paraísos” (p. 84), já que com a crise estrutural que a identidade legitimadora (acima descrita) parece estar sofrendo, o Estado-Nação (cada vez menor em sua importância em prol de potências transnacionais), “a principal fonte de legitimidade”, vai perdendo espaço para as comunidades culturais que articulam nova resistência e promovem identidades, já que se distanciam das sociedades civis e instituições do Estado que a elas deram origem.

Ao mesmo tempo, estas mesmas identidades fecham-se em suas fronteiras, “entrincheirando-se em um paraíso comunal” onde Castells não percebe a diversificação interna das sociedades civis pluralistas – são os prós e os contras, comuns às relações sociais.

Apesar deste fator negativo, o presente autor afirma ser possível que a partir destas comunas culturais possam surgir novos sujeitos, agentes coletivos, que transformem a sociedade através de identidades de projeto. Ou seja, a sociedade em rede é capaz de romper as limitações da resistência, da defesa de sua exclusão, propondo uma novidade que dê significado às histórias pessoais e experiências

individuais. Existe uma forma de alavancar as modificações em nossa contemporaneidade e esta passa pelos movimentos urbanos.

Tal conclusão nos faz aproximar tanto das considerações finais do texto de Charles Tilly quanto desta reflexão acerca dos temas de formas políticas contenciosas (movimentos sociais e movimentos urbanos) contemporâneas.

Em seu último parágrafo, Tilly afirma: “Tratando-se de uma instituição inventada, o movimento social poderia desaparecer ou sofrer uma mutação para alguma forma de política totalmente diferente.” (*op. cit.*, p. 152)

Desta forma, o autor postula que o movimento social, tal como o conhecemos há mais de dois séculos, pode sofrer irrevogáveis modificações. Tendo sido desenvolvido dentro das fronteiras de estados centralizados e relativamente democráticos, a descentralização dos mesmos, privatização de suas atividades econômicas, perda da primazia em prol de potências transnacionais, tratariam da eliminação dos movimentos sociais como os conhecemos hoje. E para fechar a “sentença pessimista”, o autor afirma que é algo preocupante para os cidadãos que se fazem ouvir através destes.

Fato é que as mudanças sociais, tecnológicas e econômicas interferem na constituição dos movimentos sociais e que podemos perceber diferenças neles em comparação com os dos séculos XIX e XX. Como acima tratado em Castells, não cabe ao historiador julgar, mas compreender e explicar em que medida as sociedades contemporâneas são diferentes das sociedades precedentes, ou seja, daquelas que esquematizaram e viveram as primeiras décadas de movimentos sociais; que novidades advêm das novas sociedades em rede, na qual nós mesmos produzimos significados e entendemos as mensagens transmitidas. Novidades ocorrem e a vida não fica congelada num modelo por conta disso.

Referências bibliográficas

- CASTELLS, Manuel. “O poder da identidade”. In: *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, SP: Paz e Terra, 1998.
- TILLY, Charles. “Movimentos sociais como política”. In *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010.